

**Ministério do Ambiente e Ação Climática**  
**Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.**



APROVADO

**Pimenta**  
**Machad**  
**o**

Assinado de  
forma digital por  
Pimenta Machado  
Dados: 2021.12.16  
17:10:55 Z

---

O Vice-Presidente do Conselho Diretivo da APA I.P.  
Pimenta Machado

**CADERNO DE ENCARGOS**

**Aquisição de equipamento GPS**  
**PA\_263/2021**

**Ajuste Direto**

## **CADERNO DE ENCARGOS**

Ajuste Direto para aquisição de equipamento GPS

PA 263/2021

---

### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

##### **Cláusula 1.<sup>a</sup>**

###### **Objeto**

1. O caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato subjacente ao presente procedimento, que tem por objeto a Aquisição de equipamento GPS, destinado a suportar as várias tarefas da ARH Algarve, de acordo com as especificações técnicas constantes do Anexo I do presente caderno de encargos.
2. A assinatura do contrato não conferirá ao cocontratante qualquer direito de exclusividade no fornecimento e instalação do equipamento objeto do mesmo.
3. O fornecimento do equipamento objeto do presente procedimento deverá observar o disposto nas cláusulas técnicas do caderno de encargos.

##### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

###### **Contrato**

1. O contrato não será reduzido a escrito nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP sendo constituído pelos seguintes documentos, nos termos do n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos (CCP):
  - (a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - (b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - (c) O caderno de encargos;
  - (d) A proposta adjudicada, e
  - (e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

## **CADERNO DE ENCARGOS**

Ajuste Direto para aquisição de equipamento GPS

PA 263/2021

---

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado do contrato a celebrar, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Prazo**

1. O contrato subjacente ao presente procedimento vigorará pelo prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data da apresentação de todos documentos de habilitação nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do CCP, prazo este durante o qual o equipamento deverá ser fornecido.
2. O prazo previsto na presente cláusula não é aplicável às obrigações acessórias previstas no caderno de encargos a favor do contraente público, as quais perdurarão para além da cessação do contrato.

## **CAPÍTULO II**

### **OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

### **Cláusula 4.ª**

#### **Obrigações principais do cocontratante**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações:
  - (a) Fornecer o equipamento de GPS, compreendido no presente procedimento, em conformidade com o disposto no caderno de encargos;
  - (b) Prestar os esclarecimentos relativos à operacionalização do equipamento adquirido pelo contraente público;
  - (c) Respeitar toda a legislação que lhe seja aplicável;

## **CADERNO DE ENCARGOS**

Ajuste Direto para aquisição de equipamento GPS

PA 263/2021

---

- (d) Comunicar de imediato ao contraente público, quaisquer conflitos de interesses ou de deveres que possam comprometer ou afetar o cumprimento integral das suas obrigações;
- (e) Informar de imediato ao contraente público, de quaisquer factos de que tenha conhecimento e que possam ser considerados objetivamente relevantes para o cumprimento integral das suas obrigações;
- (f) Responder a qualquer incidente ou reclamação, suscitados pelo contraente público, relativamente ao fornecimento e instalação do equipamento, no prazo de 2 dias.

### **Cláusula 5.ª**

#### **Local de fornecimento do bem móvel**

O equipamento objeto do presente procedimento será fornecido nas instalações da ARH Algarve, Rua do Alportel 10 – 1.º, 8000-293 Faro.

### **Cláusula 6.ª**

#### **Gestão do pessoal**

1. Durante todo o período de vigência do contrato, o cocontratante será responsável pelo pessoal afeto ao fornecimento equipamento.
2. Durante todo o período de vigência do contrato, o cocontratante será responsável perante o contraente público e perante terceiros, pelos atos de todo o pessoal que utilizar no fornecimento do equipamento e pelos riscos inerentes ao desenvolvimento desse fornecimento.
3. A responsabilidade pela conformidade do fornecimento do equipamento será exclusivamente do cocontratante, ainda que este recorra a terceiros para a execução do contrato.

### **Cláusula 7.ª**

#### **Pessoal e seguros**

1. O cocontratante ficará sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre acidentes de trabalho e medicina do trabalho,

## **CADERNO DE ENCARGOS**

Ajuste Direto para aquisição de equipamento GPS

PA 263/2021

---

relativamente a todo o pessoal afeto ao fornecimento equipamento, sendo da sua conta todos os encargos daí resultantes.

2. O contraente público não se responsabilizará por quaisquer danos sofridos pelo pessoal ao serviço do cocontratante, resultantes de doenças profissionais, acidentes de trabalho ou outros motivos.

### **Cláusula 8.ª**

#### **Regime do fornecimento do bem móvel**

1. O fornecimento do equipamento objeto do presente procedimento será feito com autonomia e sem qualquer espécie de subordinação jurídica entre o cocontratante ou os seus funcionários e o contraente público, pelo que, de modo algum, fica subentendida a existência de contrato de trabalho entre esta e aqueles.
2. Fica igualmente estabelecido que o poder direcional e disciplinar sobre os seus funcionários apenas poderão ser exercidos pelo cocontratante, pelo que quaisquer ordens ou instruções apenas poderão ser emitidas por este último.

### **Cláusula 9.ª**

#### **Dever de boa execução**

1. O cocontratante fica sujeito, no que respeita à execução do contrato a celebrar, às exigências legais e normativos do setor aplicáveis às matérias objeto do contrato subjacente ao presente procedimento.
2. O cocontratante desde já declara e garante que cumpre toda a legislação e regulamentação aplicável à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, licenças, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e regulamentação que lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.
3. O cocontratante garante que o equipamento a fornecer e instalar cumprirá os requisitos exigidos e será adequado aos objetivos e finalidades definidos pelo contraente público.

## CADERNO DE ENCARGOS

Ajuste Direto para aquisição de equipamento GPS

PA 263/2021

---

### **Cláusula 10.ª**

#### **Responsabilidade**

1. O cocontratante garante que o equipamento compreendido no presente procedimento será fornecido nos termos da proposta adjudicada e em conformidade com o disposto no caderno de encargos, de modo adequado à realidade e particularidades do fim a que se destina.
2. Em caso de incumprimento do fornecimento do equipamento objeto do presente procedimento, o adjudicatário, sem prejuízo do disposto na cláusula 19ª do presente caderno de encargos, responderá perante o contraente público nos termos gerais de direito.
3. O cocontratante responderá pelos atos do seu pessoal, ou de pessoal subcontratado, nomeadamente em questões de disciplina, furto ou qualquer ação que ponha em risco os interesses do contraente público, nomeadamente danos causados nas instalações, equipamento e material utilizado que seja propriedade desta.
4. Sempre que surjam situações do tipo previsto no número anterior, o cocontratante obriga-se a reparar os danos por sua conta ou indemnizar o contraente público, pelos prejuízos causados.
5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o cocontratante é responsável perante o contraente público por qualquer indemnização que esta tenha de pagar a terceiros e por quaisquer pedidos, processos, danos, custos, perdas e despesas em que o contraente público incorra na medida em que resultem de factos imputáveis ao cocontratante ou a entidade por si subcontratada.
6. O não cumprimento do disposto no número anterior reserva ao contraente público o direito de mandar reparar os danos causados debitando ao cocontratante os seus custos.
7. O fornecedor é responsável por qualquer violação das normas legais ou direitos de terceiros em relação a patentes, modelos de utilidade, marcas, modelos e desenhos industriais e/ou direitos de autor ou direitos conexos, bem como quaisquer direitos de propriedade intelectual por ele utilizados, em que incorra no âmbito do presente contrato.

## CADERNO DE ENCARGOS

Ajuste Direto para aquisição de equipamento GPS

PA 263/2021

---

### **Cláusula 11.ª**

#### **Inspeção do equipamento**

1. O contraente público procederá, no ato de entrega do equipamento, a uma inspeção quantitativa e qualitativa do mesmo, com vista a verificar se este reúne as características, especificações e requisitos técnicos constantes das cláusulas técnicas deste caderno de encargos, bem como dos demais requisitos legais aplicáveis.
2. Durante as fases de inspeção, o cocontratante obriga-se a prestar ao contraente público toda a cooperação e esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização dos mesmos através das pessoas que considere devidamente credenciadas para o efeito.
3. Os encargos com a realização das inspeções que advenham para o cocontratante, nomeadamente, os custos de deslocação e de recurso a mão-de-obra especializada, serão por este exclusivamente suportados.

### **Cláusula 12.ª**

#### **Inoperacionalidade, defeitos ou desconformidades**

1. Após a realização da inspeção referida na cláusula anterior e caso se comprove a inoperacionalidade, desconformidade com as exigências legais ou a existência de defeitos ou discrepâncias com as características, quantidades, especificações e requisitos técnicos identificados nas cláusulas técnicas do caderno de encargos, o contraente público deverá disso informar, por escrito, o cocontratante.
2. No caso previsto no número anterior, o cocontratante deverá proceder, por sua conta e risco, às necessárias reparações ou substituições de equipamentos e/ou acessórios, no prazo máximo de 15 dias, ficando exclusivamente a cargo do adjudicatário quaisquer custos que dessas operações possam advir.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo cocontratante, no prazo respetivo, o contraente público procederá a nova inspeção, nos termos constantes da cláusula anterior.

**CADERNO DE ENCARGOS**

Ajuste Direto para aquisição de equipamento GPS

PA 263/2021

---

**Cláusula 13.ª**

**Garantia**

1. São excluídos da garantia todos os defeitos que notoriamente resultem da má utilização, negligência do contraente público ou de utilização abusiva, bem como todos os defeitos resultantes de fraude, ação de terceiros e de casos fortuitos ou de força maior.
2. São excluídos da garantia todos os defeitos que notoriamente resultem da má utilização, negligência do contraente público ou de utilização abusiva, bem como todos os defeitos resultantes de fraude, ação de terceiros e de casos fortuitos ou de força maior.

**Cláusula 14ª**

**Preço base**

O preço base que o contraente público se dispõe a pagar pelo fornecimento do equipamento objeto do presente procedimento é de 11.138,00€ (onze mil cento e trinta e oito euros), não incluindo o IVA.

**Cláusula 15.ª**

**Preço contratual**

Pelo fornecimento do equipamento objeto do presente procedimento, o contraente público obriga-se a pagar ao cocontratante o preço que resultar da proposta adjudicada, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

**Cláusula 16.ª**

**Faturação e condições de pagamento**

1. A faturação do fornecimento do equipamento será efetuada até ao dia 10 (dez) do mês subsequente à data do fornecimento e instalação do equipamento.
2. O cocontratante emitirá a fatura em nome do contraente público, sendo esta enviada para a Rua do Alportel 10 – 1.º, 8000-293 Faro.
3. O pagamento do fornecimento e instalação será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a data de receção da respetiva fatura ou documento equivalente pelo contraente público.

## **CADERNO DE ENCARGOS**

Ajuste Direto para aquisição de equipamento GPS

PA 263/2021

---

4. Em cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, a indicação do n.º de compromisso na fatura é condição para o pagamento da mesma.
5. Desde que devidamente emitida e observado o disposto na presente cláusula, a fatura será paga através de transferência bancária para o IBAN a indicar pelo cocontratante.
6. Em caso de discordância quanto aos valores indicados na fatura, o contraente público deverá comunicar este facto ao cocontratante por escrito e no prazo de 10 dias após receção da respetiva fatura, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. O não pagamento dos valores contestados não vence juros de mora nem justifica a suspensão do fornecimento e instalação do equipamento por parte do cocontratante, devendo, no entanto, o contraente público proceder ao pagamento da importância não contestada.
8. O contraente público reserva-se o direito de, sem prejuízo do direito às penalidades e a uma indemnização nos termos gerais de direito, suspender o pagamento acima referido, sempre que o cocontratante não esteja a cumprir as suas obrigações contratuais.

## **CAPÍTULO III**

### **PENALIDADES E RESOLUÇÃO**

#### **Cláusula 17.ª**

##### **Penalidades**

1. Em caso de incumprimento imputável ao cocontratante, ou a terceiros por si contratados para o fornecimento do equipamento objeto do presente procedimento, haverá lugar à aplicação de penalidades, no valor de € 100,00 (cem) euros por cada dia de atraso.
2. Caso seja aplicada uma penalidade nos termos do disposto no número anterior, o respetivo valor será apurado e deduzido nas quantidades devidas.

## CADERNO DE ENCARGOS

Ajuste Direto para aquisição de equipamento GPS

PA 263/2021

- 
3. O valor acumulado das penalidades a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% do preço contratual sem prejuízo do poder de resolução do contrato previsto na cláusula 19.<sup>a</sup>.
  4. Caso seja atingido o limite previsto no número anterior e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato pelo facto de tal resolução implicar um grave dano para o interesse público, o limite máximo referido no número anterior será elevado para 30%.
  5. A aplicação das sanções pecuniárias previstas na presente Cláusula está sujeita a audiência prévia nos termos do n.º2 do artigo 308.º do CCP.

### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

#### **Força Maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que de natureza extraordinária ou imprevisível exterior à vontade da parte afetada e que por esta não possa ser controlada.
2. Podem constituir força maior, e se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, guerra, declarada ou não, tumulto, insurreição civil, catástrofes naturais, greves gerais de âmbito nacional, incêndios, inundações, explosões, decisões governamentais ou outras situações não controláveis pelas partes.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - (a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham;
  - (b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - (c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

## CADERNO DE ENCARGOS

Ajuste Direto para aquisição de equipamento GPS

PA 263/2021

- 
- (d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;
  - (e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - (f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;
  - (g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser comunicada à parte contrária no prazo máximo de 5 dias a contar da data em que tenham tido conhecimento da ocorrência do mesmo.
5. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o cocontratante deverá comunicar ao contraente público quais as obrigações emergentes do contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontre impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e as medidas que pretende pôr em prática a fim de mitigar o impacto da referida situação e os respetivos prazos, no prazo de 1 dia a contar do conhecimento da ocorrência da circunstância de força maior.

### **Cláusula 19<sup>a</sup>.**

#### **Suspensão do contrato**

1. Sem prejuízo do direito de resolução do contrato, o Contraente Público pode, em qualquer altura, por comprovados motivos de interesse público, suspender total ou parcialmente a execução do contrato.
2. A suspensão produz os seus efeitos a contar do dia seguinte ao da notificação, salvo se da referida notificação constar data posterior, e é efetuada através de carta registada com aviso de receção.
3. O Contraente Público pode, a qualquer momento, levantar a suspensão da execução do contrato.

**CADERNO DE ENCARGOS**

Ajuste Direto para aquisição de equipamento GPS

PA 263/2021

---

4. O Cocontratante não pode reclamar ou exigir qualquer compensação ou indemnização com base na suspensão total ou parcial do contrato.

**Cláusula 20.ª**

**Resolução por parte do contraente público**

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo cocontratante especialmente previstas no contrato, o contraente público pode resolver o contrato a título sancionatório nos seguintes casos:
  - (a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao adjudicatário;
  - (b) Incumprimento, por parte do cocontratante, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
  - (c) Oposição reiterada do cocontratante ao exercício dos poderes de fiscalização do contraente público;
  - (d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência pelo cocontratante da manutenção das obrigações assumidas pelo contraente público contrarie o princípio da boa-fé;
  - (e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no artigo 329.º n.º 2 do Código dos Contratos Públicos;
  - (f) Incumprimento pelo cocontratante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
  - (g) O cocontratante se apresente à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal.

**Cláusula 21.ª**

**Efeitos da resolução**

1. Em caso de resolução do contrato subjacente ao presente procedimento pelo contraente público por facto imputável ao cocontratante, este fica obrigado ao pagamento de indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito,

## CADERNO DE ENCARGOS

Ajuste Direto para aquisição de equipamento GPS

PA 263/2021

---

nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação de contrato.

2. A indemnização é paga pelo cocontratante no prazo de 10 (dez) dias após a notificação para esse efeito, sem prejuízo da possibilidade de execução da garantia prestada.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

### **Cláusula 22.ª**

#### **Resolução pelo cocontratante**

1. O cocontratante pode resolver o contrato em situações de grave violação das obrigações contratuais pelo contraente público e ainda nas seguintes situações:
  - (a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
  - (b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à o contraente público;
  - (c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo contraente público por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;
  - (d) Exercício ilícito dos poderes do contraente público de conformação da relação contratual, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
  - (e) Incumprimento de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato pelo contraente público .
2. No caso previsto na alínea (a) do número 1, apenas há direito de resolução quando:
  - (a) A resolução não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou,
  - (b) Caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do cocontratante ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.

## CADERNO DE ENCARGOS

Ajuste Direto para aquisição de equipamento GPS

PA 263/2021

---

3. Nos casos previstos na alínea (c) do número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao contraente público, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

### **Cláusula 23.ª**

#### **Despesas**

Correm por conta do cocontratante todas as despesas em que este haja de incorrer em virtude de obrigações emergentes do contrato, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

## **CAPÍTULO IV**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Cláusula 24.ª**

#### **Objeto do dever de sigilo**

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, de segurança, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato, salvo autorização expressa do contraente público.
3. O cocontratante obriga-se a remover e/ou destruir, no final do fornecimento e instalação do equipamento, todo e qualquer tipo de registo, em qualquer tipo de suporte, incluindo papel ou digital, relacionados com a informação coberta pelo dever de sigilo.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de

## CADERNO DE ENCARGOS

Ajuste Direto para aquisição de equipamento GPS

PA 263/2021

---

processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

### **Cláusula 25.ª**

#### **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor para além do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato e sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

### **Cláusula 26.ª**

#### **Subcontratação e cessão da posição contratual pelo cocontratante**

1. A subcontratação e a cessão da posição contratual pelo cocontratante dependem de autorização prévia do contraente público, nos termos do disposto nos artigos 318.º, 318.º-A e 319.º do Código dos Contratos Públicos, observados os limites e requisitos previstos no artigo 317.º desse mesmo Código.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, o cocontratante deverá identificar quais as prestações contratuais que em concreto pretende subcontratar ou ceder bem como deverá instruir a sua proposta com a documentação referida no artigo 318.º n.º 2 e n.º 3 do Código dos Contratos Públicos, conforme aplicável.

### **Cláusula 27.ª**

#### **Dever de informação**

1. O cocontratante obriga-se a prestar a informação e esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo contraente público, com a periodicidade que esta razoavelmente entender conveniente, quanto ao fornecimento e instalação do equipamento e ao cumprimento das obrigações que para aquele emergirem do contrato.
2. O cocontratante obriga-se a comunicar de imediato, no prazo de 10 dias, ao contraente público o início ou a iminência de qualquer processo judicial ou extrajudicial que possa conduzir à sua declaração de insolvência, a providência

## CADERNO DE ENCARGOS

Ajuste Direto para aquisição de equipamento GPS

PA 263/2021

---

análoga à insolvência ou à sua extinção, bem como a verificação de qualquer outra circunstância que perturbe a execução do contrato.

3. Ao contraente público e o cocontratante obrigam-se a comunicar entre si, no prazo de 10 dias a contar do seu conhecimento, a ocorrência de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, designadamente de qualquer facto relevante que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer das respetivas obrigações contratuais.

### **Cláusula 28.ª**

#### **Comunicações**

1. Todas as comunicações entre as partes relativamente a este contrato devem ser efetuadas por escrito e redigidas em português, mediante carta registada com aviso de receção, e dirigidas para os endereços postais das partes.
2. As comunicações efetuadas nos termos do número anterior considerar-se-ão realizadas na data de assinatura do respetivo aviso ou, se fora das horas normais de expediente, no primeiro dia útil imediatamente seguinte.
3. Qualquer alteração das informações de contato de cada parte, incluindo a alteração do representante legal e da sede social, deve ser imediatamente comunicada à outra parte, nos termos do número 1 da presente cláusula.

### **Cláusula 29.ª**

#### **Resolução de litígios**

Para o conhecimento de quaisquer litígios emergentes do contrato, designadamente os relativos à sua interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução, é competente o tribunal administrativo de círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **Cláusula 30.ª**

#### **Contagem dos prazos**

Salvo quando o contrário resulte do caderno de encargos, os prazos aqui previstos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

## CADERNO DE ENCARGOS

Ajuste Direto para aquisição de equipamento GPS

PA 263/2021

---

### **Cláusula 31.ª**

#### **Lei aplicável**

O contrato subjacente ao presente procedimento é regulado pela legislação Portuguesa, incluindo o Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 32.ª**

#### **Gestor do contrato**

1. O contraente público deverá designar um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.
2. Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
3. Ao gestor do contrato podem ser delegados poderes para a adoção das medidas a que se refere o número anterior, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato.

## **ANEXO I**

### **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

#### **Especificações técnicas do equipamento objeto do contrato**

A Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. pretende adquirir, equipamento de GPS para obtenção de dados com elevada precisão geográfica para utilização em diversas áreas da sua competência, incluindo a implantação e acompanhamento de obras de todo o tipo, o acompanhamento e a quantificação da alteração da linha de costa (em especial fenómenos de erosão costeira), e no acompanhamento técnico e fiscalização das utilizações de recursos hídricos, destinada a apoiar as demais tarefas da ARH Algarve, com as seguintes especificações técnicas e de funcionamento:

1. O equipamento deverá ter capacidade para se apoiar na rede geodésica nacional, utilizando como referência o sistema de coordenadas oficial de Portugal Continental, ETRS89-PT-TM06. Quaisquer dados a serem obtidos constituirão uma referência, utilizável para comparação com elementos anteriores ou que venham a ser colhidos no futuro. As necessidades básicas dos trabalhos envolvem:
  - a. Aquisição de pontos coordenados (x,y,z) com precisão melhor que 5 cm, estando o RTK em modo dinâmico;
  - b. Trabalho em ambiente GIS;
  - c. Cálculo de variações lineares de perfis topográficos;
  - d. Cálculo de bidimensional e tridimensional de superfícies de terreno;
  - e. Aquisição precisa de pontos in situ para delimitações.
2. O equipamento deve estar apto a ser utilizado em ambientes difíceis (exposto a chuva, ventos fortes, salinidade elevada), deverá ser leve e livre de cabos, possuindo recetor GNSS (Sistema de Navegação Global por Satélite), para ser utilizado como unidade móvel, em aplicações a tempo real, na ótica de ser manobrado por um utilizador não especialista em topografia e permitindo a simplificação de fluxos de trabalho.

## CADERNO DE ENCARGOS

Ajuste Direto para aquisição de equipamento GPS

PA 263/2021

---

3. O equipamento deve de funcionar com as estações permanentes da ReNEP e SERVIR, possuindo:
- a. Sistema RTK que ofereça correções em tempo real em ambientes difíceis;
  - b. Sistema avançado de rastreamento de satélites de todas as constelações GNSS (GPS, GLONASS, GALILEO e BEIDOU), com pelo menos 120 canais;
  - c. Os protocolos segundo as entradas de correção RTK: CMR, CMR+, CMRx, RTCM 2.x, RTCM 3.x;
  - d. Precisão submétrica e centimétrica;
  - e. Capacidade de registo de observações em modo estático;
  - f. Capacidade de registo de observações em modo dinâmico através da recolha sistemática de pontos;
  - g. Controladora de campo robusta com ecrã tátil a cores (não inferior a 5 polegadas), teclado alfanumérico e entradas USB para transferência de dados da controladora e leitura do cartão de memória;
  - h. Sistema Operativo Android preferencial;
  - i. Ligações sem fio do tipo Bluetooth com versão minimia 2.0 e uma velocidade de banda larga móvel de pelo menos 3G;
  - j. Máquina Fotográfica Traseira não inferior a 12 MP
  - k. Bateria com autonomia para oito horas de trabalho
  - l. A controladora deverá permitir o carregamento de ortofotomapas, de mapas obtidos através do QuikMapServices (ambiente QGis) e de ficheiros em formato vetorial (shapefiles: pontos, linhas e polígonos), possibilitando a sua visualização na altura do levantamento de campo;
  - m. Sistema estanque que não permita a entrada de areia, poeira e água (humidade e chuva).
  - n. Pacote(s) de software(s) e respetiva(s) licença(s) de utilização por tempo indeterminado que permita(m) a boa execução dos trabalhos.
4. O equipamento a fornecer deve conter os seguintes acessórios:
- a. Um bastão de topografia com nível circular e suporte de bastão para fixação da controladora e respetivos acessórios;

**CADERNO DE ENCARGOS**

Ajuste Direto para aquisição de equipamento GPS

PA 263/2021

---

- b. Um carregador de baterias;
- c. Um mini bastão telescópico para acoplar a antena e ser transportado em mochila;
- d. Uma mochila para transportar o mini bastão telescópico com antena acoplada;
- e. Uma mala de transporte para a antena e controladora.